

Sarney culpa clima de guerra

O novo decreto presidencial representa o recurso de que se valeu o Governo diante do fracasso de sua tentativa de negociação com os partidos oposicionistas, conforme explicou o presidente do PDS, senador José Sarney, desalentado com "o verdadeiro clima de guerra instaurado dentro do Congresso" e com "a absoluta incapacidade das lideranças em exercerem controle sobre as Oposições."

EVITAR O CAOS

Em sua casa, às 20 horas de ontem — quando se preparava para comparecer a um jantar na residência do jornalista Carlos Castello Branco — o presidente do PDS, pouco depois da reunião da Executiva Nacional com a Comissão dos Onze, quando comunicou o fracasso dos entendimentos — afirmava que o Governo não poderia permitir a implantação do caos, diante da convicção de que sua política salarial iria por água abaixo.

O Governo não poderia ficar de braços cruzados diante de uma ameaça grave para a Nação, dizia Sarney, ao mesmo tempo em que lembrava que o país está conduzindo difíceis negociações com o sistema financeiro internacional, ao mesmo tempo em que temos quatro e meio bilhões de dólares de atrasados.

O Brasil precisa urgentemente, segundo o Governo, dos seis e meio bilhões de dólares que está negociando, além de mais três e meio para fechar as contas até o primeiro

semestre do próximo ano, além de se empenhar por conservar o crédito indispensável para continuar adquirindo o petróleo e outros insumos de que necessita para manter, pelo menos, as atuais taxas de crescimento e uma pelo menos razoável oferta de empregos.

A paralisação das negociações, diante da rejeição do 2.045, representaria um desastre de consequências ainda não imaginadas. Para Sarney, de acordo com as informações que lhe transmitiram Delfim Netto e outras autoridades da área econômica, seria simplesmente o colapso de todo e qualquer crédito externo, a incapacidade do país de comprar sequer uma gota de petróleo e jogar ao desemprego 15 milhões de pessoas.

Uma crise desse vulto extrapola a normalidade, superando-a de forma irremediável, como lembra o presidente do PDS. A abertura seria a primeira vítima da situação desastrosa que se criaria no país, com uma convulsão social de consequências imprevisíveis.

Sarney disse que tentou tudo para encontrar uma forma de entendimento com as Oposições em torno de uma fórmula substitutiva ao Decreto-lei 2.045. Na noite de anteontem, o Palácio do Planalto, por interferência sua e de outras lideranças do partido, havia concordado em conceder 100 por cento de aumento para os que percebem até sete salários mínimos.

Ontem, ao meio-dia, de acordo com o relato do presidente do PDS, a

situação mostrou toda a sua crueldade", quando Ulysses demonstrou aos dirigentes e líderes oposicionistas que não teria condições de levar o PMDB para um acordo com o Governo. A essa altura, líderes oposicionistas, entre os quais Airton Soares (PT-SP) — conforme Sarney — haviam levado o PMDB a não aceitar qualquer composição.

Diante da certeza de que o decreto cairia e, ao mesmo tempo, das informações de que as galerias do Congresso seriam lotadas por quadros recrutados pelas lideranças sindicais, "o que comprometeria a soberania de qualquer decisão congressional", segundo Sarney, não havia outra alternativa da parte do presidente em exercício do Congresso Nacional, Moacir Dalla, senão solicitar do Governo Federal as garantias necessárias ao normal funcionamento da instituição.

— Não se pediu a decretação das medidas de emergência, mas foram necessárias as garantias solicitadas.

Sarney lamenta que as lideranças políticas tenham perdido "a preciosa oportunidade" de influir na condução do processo de tomada de decisões, diante da demonstração, para ele, de que as oposições se tornaram incontroláveis. E revela que, além dos trabalhadores que já se acham em Brasília, mobilizavam-se mais vinte ônibus, que sairiam somente da capital paulista nesta madrugada.

Sarney não exulta, está preocupado: mas fica satisfeito em dizer que o decreto que o Presidente da República está baixando em substituição ao 2.045 é muito mais abrangente do que este e representa o resultado de toda uma negociação na qual o Partido se envolveu, pela sua cúpula, com o Chefe do Governo e o ministro Leito de Abreu.

Fica a impressão, depois de uma conversa com o presidente do PDS, de que o Governo julgou-se sem alternativas para manter os seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional e assim garantir a reabertura dos créditos de que o país está necessitando para assegurar a compra de petróleo e outros insumos fundamentais ao setor econômico.

No ar, ficam muitas dúvidas em relação às medidas de emergência, previstas no texto constitucional arremado no Governo Geisel pela dupla Golbery-Petrônio Portella. Com duração prevista de 60 dias e localizado no âmbito do Distrito Federal, esse elenco novo de medidas institucionais assusta os políticos e muitos observadores.



Sarney: Desalentado com o clima de guerra no Congresso Nacional